

CRIADA A FUNÇÃO DE PSICÓLOGO NOS PRESÍDIOS

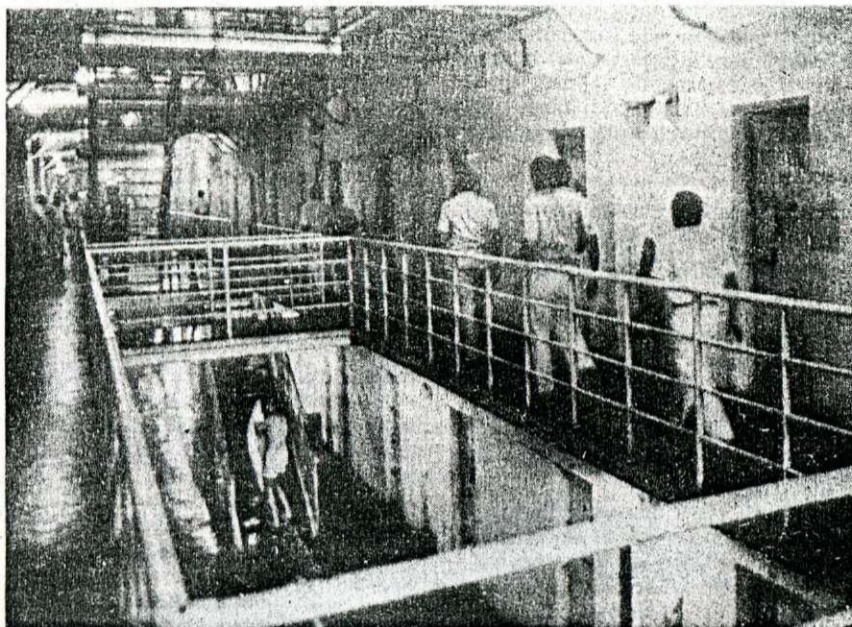
O governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, acaba de assinar projeto que determina a criação de 85 funções-atividade para psicólogos nos estabelecimentos penitenciários. Essa aprovação se deve, em grande parte, ao trabalho que o CRP-06 vem mantendo, através de uma das subcomissões da Comissão de Saúde — o grupo de presídios —, no sentido de obter o reconhecimento oficial da importância da atuação dos psicólogos no sistema penitenciário.

A questão vinha, já há algum tempo, sendo objeto de discussão do gru-

po de presídios e, entre os vários aspectos abordados, constatou-se a inexistência de cargos de psicólogos junto às entidades penais e da atuação em desvio de função. Diante dessa situação, o CRP-06 enviou ofício à Coordenadoria dos Estabelecimentos Penais do Estado, expondo os dados levantados na subcomissão e solicitando especial atenção daquele órgão em relação à importância da atuação em saúde mental junto ao sistema penitenciário. A entidade recebeu, da Coordenadoria, a informação de que havia um processo em

andamento visando justamente a criação de "funções de psicólogos, com conseqüente abertura de concursos". Imediatamente este Conselho encaminhou ofício ao Executivo e à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo reafirmando as posições defendidas e manifestando total apoio a esta iniciativa.

Este foi o encaminhamento dado pelo CRP-06 até agora e, apesar da grande vitória conquistada, a entidade pretende continuar promovendo discussões na categoria, pois considera que o número de vagas criado é insuficiente.



Finalmente reconhecimento oficial do psicólogo nos estabelecimentos penitenciários

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REJEITA PROJETO DE MUSICOTERAPIA

O Projeto de Lei nº 3.315, de autoria do deputado Borges da Silveira, que regulamenta a profissão de musicoterapeuta, foi rejeitado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Esta é apenas uma etapa da luta para salvaguardar um campo que pertence exclusivamente aos psicólogos, já que a decisão final, envolvendo todo o Congresso, ainda não foi votada.

O CRP-06, através de várias manifestações (veja edição novembro/84 deste jornal), já havia se posicionado contra o projeto, pois este viria favorecer o exercício ilegal da profissão, uma vez que não especifica que o musicoterapeuta teria de ser necessariamente um psicoterapeuta, além de contrariar lei

em vigor, que disciplina e fiscaliza o exercício profissional da Psicologia.

Nesta edição, publicamos o apoio recebido da deputada Irma Passoni (PT-SP), através de seu parecer, relatado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

"O Projeto de Lei nº 3.315/84, de autoria do deputado Borges da Silveira, propõe a regulamentação da profissão de Musicoterapia, cria o Conselho Federal de Musicoterapia, cria os Conselhos Regionais de Musicoterapia e dá outras providências.

Embora longa, a justificação do Projeto não explicita suficientemente as relações entre a Musicoterapia e Ciência da Psicologia. Dela no entanto se pode inferir que

a Musicoterapia é algo derivado da Psicologia, mas, usando como técnica terapêutica, a música.

Os conhecimentos disponíveis indicam que Sigmund Freud, o fundador da Psicanálise, utilizou como instrumento terapêutico apenas a expressão verbal ("talking cure"). A vida no entanto continuou colocando novos desafios e, no decorrer deste século, outras linguagens foram sendo descobertas e utilizadas pelos psicoterapeutas, entre essas linguagens está a música, como está o drama e as artes plásticas.

Nesse quadro, parece-me que regulamentar a profissão de Musicoterapeuta equivale a regulamentar uma especialização e não uma profissão.

Quer dizer, se aceitarmos regulamentar a profissão de Musicoterapeu-

ta e criar um Conselho Federal e Conselhos Regionais, nos termos em que propõe o Projeto em questão, logo teremos que regulamentar profissões tais como a de ginecologista, obstetra ou oftalmologista, sem a prévia exigência de que esses profissionais sejam médicos.

No caso em questão e dentro dessa linha de raciocínio, parece-me que um requisito prévio para que a pessoa exerça a profissão de Musicoterapeuta é que ela seja Psicóloga e, como tal, vinculada ao Conselho Federal de Psicologia e aos Conselhos Regionais de Psicologia.

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.315/84, do deputado Borges da Silveira".

Deputada Irma Passoni

RESTRICÕES À ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO MAGISTÉRIO

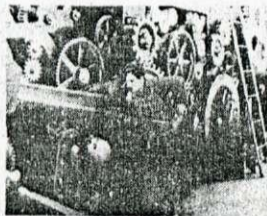
É TEMA DE DISCUSSÃO.

Foi realizada, no último dia 12, pela Comissão de Ensino do CRP-06, uma reunião com o objetivo de discutir os atos administrativos e legais que vêm impedindo psicólogos de lecionarem as disciplinas de Psicologia Aplicada à Educação e Psicologia do Desenvolvimento do Pré-escolar. Fundamentados em resolução do Ministério de Educação e Cultura (MEC), os órgãos coatores (direções de escola, delegacias de ensino, juizes de Direito) alegam que somente o pedagogo está habilitado a lecionar tais disciplinas.

Os psicólogos, por entenderem que tal aparato legal é injusto, incoerente e contrário à lei fede-

ral que regulamenta a profissão — lei esta que não coloca qualquer restrição à atuação do psicólogo como professor de Psicologia —, e que o caminho de luta é político, decidiram direcionar o movimento no sentido de que o CRP-06 e outras entidades entrem em contato com o Ministério de Educação e Cultura para que se possa rever todas essas questões.

A fim de dar continuidade às discussões e operacionalizar as propostas foi marcada uma nova reunião para o dia 7 de maio, às 20:00 hs., na sede do CRP-06. O acompanhamento de todos os interessados vai ser muito importante para o prosseguimento da luta.



Artigo para
reflexão:
Saúde Mental e
Trabalho
Assalariado
(págs. 4, 5 e 6)

EDITORIAL

Nós e a Constituinte (1)

O menos informado dos brasileiros dificilmente deixará de ser atingido pela onda que começará a se avolumar nos próximos meses, em todo o Brasil, em torno do tema: CONSTITUINTE.

Em outros editoriais já tivemos a oportunidade de chamar a atenção dos psicólogos a respeito de sua realidade como cidadão e da necessidade de um mínimo de engajamento político (não necessariamente partidário) para que ele possa responder ao papel que lhe cabe na sociedade.

Outras categorias já estão se mobilizando em torno deste grande interesse nacional que é a elaboração do texto constitucional e cabe a este CRP convocar a categoria para debater e se aprofundar neste assunto de interesse vital para todos os brasileiros.

Para começar, o próprio CRP vem reservando espaço em suas plenárias para se informar, debater e se posicionar frente ao problema. O certo é que não podemos perder o bonde da História e ficarmos como meros espectadores do processo. O assunto é polêmico e vai ser difícil alguém permanecer "em cima do muro" diante dos embates que vão se travar desde a forma de convocação da constituinte até a proposição das linhas que determinarão o espírito da constituição.

Neste editorial pretendemos trazer algumas informações fundamentais para quem começa a se interessar pelo problema. Vivemos hoje sob a égide da 8ª Constituição brasileira, a de 1969, o que equivale a dizer que vivemos sob um cipal de atos complementares, leis, decretos-leis, atos institucionais, emendas, remendos e quejandos que estão muito longe de responder às necessidades e ao momento histórico por que passa o povo brasileiro.

A história das constituições no Brasil já tem um curriculum bem variado, mas pouco feliz.

Nossa primeira Constituição inaugurou uma carreira de discricionarismo, quando o primeiro imperador, em nome da Santíssima Trindade, outorgou-nos a Carta Magna, em 1824.

Com o advento da República, o governo provisório convocou o Congresso com poderes constituintes e em 1891 tínhamos a primeira Constituição republicana, de inspiração positivista. A revolução de 1930 revogou a Constituição de 1891 e permanecemos sem uma lei magna até meados de 1934, quando novamente foram convocadas eleições para formar um Congresso com funções constituintes. A Constituição de 34 teve vida curta, pois em 1937, frente aos "perigos de instabilidade política" e especialmente "frente à grande ameaça do comunismo internacional" foi

instalado o "Estado Novo" e decretada uma nova Constituição.

Em fins de 1945, com a queda da ditadura do Estado Novo, o governo provisório convoca um Congresso também com funções constituintes. Esse Congresso produziu a Constituição de 1946, de caráter mais liberal que as anteriores e que sobreviveu quase intacta até 1964.

A Constituição de 46, mesmo não sendo um primor em termos sociais, representava para os golpistas de 64 um sério incômodo; no entanto, mais para manter uma aparência de democracia, ela foi mantida. Após quase três anos do golpe já não era mais possível esconder a realidade; foram tantos e tamanhos os rombos produzidos pelos diversos atos institucionais e atos complementares que da Constituição de 46 quase só restava o título. Era necessário se criar um novo disfarce de ordem legal e nada melhor para isso do que "encomendar" a uma equipe de confiança a confecção de um "guardachuva" legal para as arbitrariedades dos novos poderosos. Em 1967, um Congresso totalmente servil e emasculado votou a Constituição de encomenda, que teve sua carreira abalroada pelo infável A.I.-5.

A 17 de outubro de 1969, o mesmo Congresso, esvaziado de valores, decretou e promulgou um novo texto constitucional que figurava apenas como "Emenda Constitucional n.º 1" e vinha assinada pela inominável Junta Militar.

Esta carta de 69 que, em tese, rege os destinos da Nação, é um instrumento espúrio, produto dos piores tempos da repressão e está tão pendurada de emendas, de decretos-leis e de outros subprodutos da arbitrariedade que não há como respeitá-la.

Isto posto, fica evidenciada a 1ª tese: temos necessidade urgente de nova Carta Magna.

Outra evidência que se retira da História de nossas Constituições é lamentável: o Povo sempre esteve à margem do processo de elaboração de sua lei maior e para que esta realidade não se repita mais uma vez a Sociedade Civil como um todo, através de suas variadas instituições e entidades, precisa manter um grande debate nacional sobre a nova Constituição, em todos seus aspectos. Como parte deste processo, que já começou, mas que precisa ser multiplicado muitas vezes, o CRP-06 iniciará hoje uma série de editoriais sobre a questão da Constituinte e abrirá espaços para discussões e para a participação dos psicólogos que, da mesma forma que todos os outros seres humanos que tiveram a felicidade ou a infelicidade de nascerem neste país, são acima de tudo Cidadãos Brasileiros.

Autorizado afastamento de servidores para participar de Congresso

Os profissionais que trabalham como funcionários e servidores públicos estaduais que pretendem participar do III Congresso de Psicologia no Trânsito, a realizar-se de 17 a 21 de julho próximo, vão poder pedir o afastamento em suas repartições nos dias em que se der o evento.

A decisão é da Secretaria do Governo e visa aos servidores cujas atividades estejam relacionadas ao tema do Congresso. Publicamos, aqui, na íntegra, a resolução que autoriza o afastamento.

"O Secretário do Governo, com fundamento no artigo 100, inciso I, alínea "a" do Decreto 21.984, de 2 de março de 1984, resolve:

Artigo 1º — Fica autorizado, nos termos do artigo 69 da Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968, o afastamento de funcionários e servidores públicos estaduais, cujas atividades se relacionem com a finalidade do evento, para participar do III Congresso Brasileiro de Psicologia no Trânsito, a ser realizado no período de 17 a 21 de julho de 1985, em São Paulo — Capital.

Artigo 2º — Para obtenção do benefício previsto no artigo anterior deverão os interessados preencher as condições estabelecidas no artigo 3º do Decreto 52.322, de 18 de novembro de 1969, a serem verificadas por seus superiores hierárquicos, observadas, ainda, as exigências contidas no artigo 5º do referido decreto.

Artigo 3º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Resolução SG. 47, de 8-3-85.

CONCURSO NO TRIBUNAL

Sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, realizou-se, a 24 de fevereiro último, a prova de seleção para o provimen-

to dos 64 cargos de psicólogos que atuarão junto à Vara de Menores.

Este conselho teve intensa participação na luta pela criação dos car-

gos e posteriormente para a realização do concurso público, em conformidade com as diretrizes políticas da atual gestão.

Agenda

20/03/85 — O conselheiro Lorivan Lopes compareceu à Coordenadoria de Saúde Mental para discutir o projeto daquele órgão visando o remanejamento da

verba de cargos vagos para a contratação de psicólogos.

30/3/85 — A conselheira Vânia Ghirello Garcia proferiu palestra durante o II

Ciclo de Reflexão sobre Psicologia Escolar, realizado pela Associação Valeparaibana de Psicólogos, com sede em São José do Rio Preto.

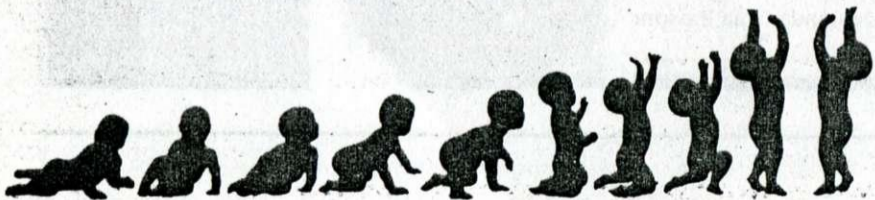
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA — 6ª REGIÃO

Conselheiros: Álvaro Trujillo, Antônio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Denilréa Pérola A. Paoli, Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Sollero Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romeiro, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elisabeth Delloisi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral (licenciada), Nanci Buhner, Selma de Souza Bastos, Silvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacifico (licenciada), Tania Maria José Aiello Tsu (licenciada), Vania Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede — São Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 1.084 — 10º andar — Fone (011) 212-8111. Delegacias — Assis (José Sterza Justo): Rua Marechal Deodoro, 123 conj. 11 (Conjunto Marechal) — Fone (0183) 22-6224 — Bauru (Denilréa Pérola A. Paoli Macário): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8º andar, conj. 808 — Fone (0142) 22-3384 — Campinas (Hélio José Guilhardi) Rua Barão de Jaguara, 1.481, 17º andar, sala 172 — Fone (0192) 32-5397 — Campo Grande (Carlos Afonso Marcondes Medeiros): Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 — Fone (067) 382-4801 — Cuiabá (Maria Aparecida de Amorim Fernandes): Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 — Fone (065) 322-6902 — Lorena (Maria Inez Nunes Romeiro): Rua N. S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) — Ribeirão Preto (Vera Regina Lignelli Otero): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar — Fone (016) 636-9021 — Santos (Antônio Carlos Simonian dos Santos): Rua Oton Feliciano 2, conj. 53 — Fone (0132) 4-6293.

Jornal do CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional, publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. Comissão de Divulgação e Contato: Antonio Waldir Biscaro, Jane Persinotti Trujillo, Marinilza da Costa Moreira da Silva e Sueli Duarte Pacifico. Editora: Vera Helena R. Carneiro Monteiro (MT. 11.578). Diagramadora: Seman Corazza. Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1084 - 10º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. Composição, fotolitos e impressão: Cia. Editora Joruês. Tiragem: 20.500 exemplares.



ANOTE

A ABRAPSO — Associação Brasileira de Psicologia Social (região Sul) estará realizando, nos dias 20 e 21 de junho próximo, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, seu II ENCONTRO REGIONAL. O tema do encontro será aberto e vai depender dos resumos dos trabalhos que a entidade receber na área de Psicologia Social. Os resumos devem ser enviados até o dia 2 de maio para: professor Brígido Vizeu Camargo (membro da Comissão Organizadora) — UFSC — Caixa Postal 5.056 - CEP 8800 — Florianópolis — SC.

Ψ Ψ Ψ

ALCOOLISMO E TRABALHO — Promovido pelo Senac — Prodemp, será realizado de 22 a 26 de abril. Ministrado por Vicente Antonio de Araújo, médico-psiquiatra, encarregado do Setor de Ambulatório de Psiquiatria do Hospital do Serviço Público, o curso visa dar à equipe de trabalho um maior relacionamento com as alterações que o alcoolismo ocasiona à saúde, proporcionando aos participantes conhecimento, manejo e atitudes que conduzem a um melhor desempenho em suas tarefas. Maiores esclarecimentos à rua Dr. Vila Nova, 228.

Ψ Ψ Ψ

Promovido pela disciplina de **Cirurgia do Aparelho Digestivo** da FMUSP, pela Divisão de Clínica Cirúrgica II e pela Unidade de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas, o II SEMINÁRIO SOBRE ESTUDOS DOS ASPECTOS MÉDICO-PSICOLÓGICOS EM CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO será realizado de 22 a 26 deste mês. A programação obedecerá a seguinte ordem em linhas gerais: dia 22 — A instituição, atitude médica e importância da palavra em cirurgia do aparelho digestivo; dia 23 — Abordagem psicoterapêutica do simbolismo em doenças psicossomáticas; dia 24 — Afecções cirúrgicas do aparelho digestivo por comportamento auto-agressivo; dia 25 — Psicoprofilaxia cirúrgica: objetivos, métodos, e resultados; e dia 26 — O atendimento à família em serviço de cirurgia do aparelho digestivo. A taxa de inscrição para profissionais é de Cr\$ 15.000, estagiários e residentes Cr\$ 10.000 e acadêmicos Cr\$ 5.000. Local e horá-

rio: Anfiteatro de Anatomia Patológica (Avenida Dr. Arnaldo, 455), das 19:30 h às 21:30 h. Inscrições ou informações mais detalhadas podem ser obtidas na secretaria da 2ª CC-R-9º andar, fone (011) 282-8832, ou no próprio local do evento.

Ψ Ψ Ψ

Terá início no dia 29 deste mês o **CURSO DE RELAXAMENTO** promovido pelo Equilíbrio — Gabinete de Psicologia S/C Ltda. Ministrado pelas professoras Mara Rubia Mendes Ferreira e por Sílvia Aparecida Ballarini, o curso conta com o seguinte programa: Técnica de Relaxamento, onde se inclui Treinamento Autógeno de J. H. Schultz e Técnica Básica para Auto-aplicação; Técnicas Auxiliares como Dinâmica de Grupo e Exercícios Corporais; e, por fim, Utilização do Relaxamento em: doenças psicossomáticas, tais como gastrite, úlcera, bronquite etc., melhoria da saúde em geral, insônia e melhoria da atenção, concentração, memória e imaginação. O curso terá duração de dez semanas, com aulas às segundas-feiras das 20:30 h às 22:30 h e será destinado a adolescentes e adultos. Para quem precisar será fornecido certificado de frequência. O endereço para inscrição ou maiores esclarecimentos é Avenida Lino Jardim, 259, Vila Bastos — CEP 09000 — Santo André — SP — fone: 412-4453.

Ψ Ψ Ψ

Promovido pela Federação Nacional das APAEs e organizado pela APAE de Salvador, será realizado, de 16 a 20 de julho, no Centro de Convenções da Bahia, o XII CONGRESSO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs — V EXPOSIÇÃO DE ARTES E TRABALHOS ARTESANAIS DE EXCEPCIONAIS. O tema central do evento será A Pessoa Excepcional — Um Desafio Global. Durante o Congresso serão apresentados cursos, conferências, mesas-redondas e temas livres. Para obter maiores informações a respeito do endereço da Secretaria do Congresso: Av. Frederico Pontes, 343 - Forte S. Joaquim - CEP 40.000 - Salvador - BA - fones: (071) 243-6788 / 241-3945.

Ψ Ψ Ψ

ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOTERAPIA. Orga-

nizado pela ABPAG — Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo e pela Comissão de Eventos da Spag - RJ será realizado de 17 a 19 de maio, em Caxambu (MG), no Hotel Glória. Os temas centrais do encontro são: A Formação de Grupoterapeutas e suas Instituições e A Prática Clínica: Aspectos atuais da Grupoterapia. Haverá também a apresentação de temas livres. Inscrições e informações: SPAG-RJ / GRADIVA: Av. Copacabana, 1.183/604 - CEP 22070 - RJ - fone: (021) 521-4495. Serão fornecidos certificados aos participantes.

Ψ Ψ Ψ

O Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, seu diretório acadêmico e a Associação Profissional dos Psicólogos de Juiz de Fora estarão promovendo, no período de 30 de maio a 2 de junho, o II CONGRESSO MINEIRO DE PSICOLOGIA. O tema central será Psicologia e Saúde do Indivíduo à Comunidade. Além de cursos e conferências, que serão ministrados por profissionais de diversos estados, durante o evento serão realizadas ainda mesas-redondas e sessões de temas livres. Local das inscrições: Secretaria do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora — rua Halfeld, 1.179 - fone: (032) 211-8683.

Ψ Ψ Ψ

CURSO DE PSICOLOGIA CLÍNICA E PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA — Promovido pelo Instituto Zeppellini de Psiquiatria; trata-se de um curso de especialização teórico-prático, com duração de dois anos. Matrículas semestrais. Inscrições e informações à rua Pará, 65. cj. 33 - tel: (011) 258-2691.

Ψ Ψ Ψ

CURSO — ABORDAGEM CORPORAL, EXERCÍCIO E RELAXAMENTO. Ministrado por psicólogas com experiência em Esaleim, terá início no mês de maio, nos períodos tarde e noite. Maiores informações pelo fone (011) 813-0463. Inscrições à rua Aspícueta, 202.

Ψ Ψ Ψ

Com a presença de Hélio Pellegrino, Carlos Castellar, An-

tonio Godinho, Oswaldo Saldon e Wilson Chebabí será realizado, de 25 a 28 deste mês, o I CONGRESSO DE PSICANÁLISE DO ESPÍRITO SANTO, que terá como tema a instituição e a Psicanálise. O evento será no Hotel Porta do Sol, em Camburi, e as inscrições poderão ser feitas no Centro de Estudos de Pesquisas Psicanalíticas do Espírito Santo pelo fone (027) 222-5151.

Ψ Ψ Ψ

VIVENDO EM HARMONIA — O TRABALHO DE CARL ROGERS TEM UMA OPÇÃO? Este é o tema que será objeto de estudo, no período de 07/6 a 16/6, em Brasília. O trabalho, de acordo com seus organizadores, visa explorar a abordagem centrada na pessoa, suas vantagens e desvantagens, e ainda analisar que forças e fraquezas, esperanças e medos emergem deste processo em função do tema acima citado. Definido como um grupo de encontro e de treinamento, será aberto a qualquer pessoa interessada e contará com a presença dos psicólogos: Carl Rogers, Antonio Monteiro dos Santos, John Wood e Maria Bowen. Para obter maiores informações ou fazer inscrição o endereço da Comissão Organizadora é o seguinte: SRTNQ, 702 - Bloco P - Edifício Brasília Rádio Center - sala 2097 - CEP 70710 - Brasília - DF - fone: (061) 225-8878.

Ψ Ψ Ψ

Sob o patrocínio do Instituto Brasileiro de Estudo do Corpo, será realizado, de 01 a 05 de maio, no Centro das Convenções do Hotel Nacional, no Rio de Janeiro, o I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O CORPO-UNIVERSO DO CORPO. Com o objetivo de aumentar o intercâmbio de idéias e culturas, estudos e pesquisas, o evento contará com a presença de profissionais de diversos países. Serão realizados simpósios, mesas-redondas e sessões de comunicações livres para discussão dos temas que farão parte do programa. Em linhas gerais, o programa será o seguinte: dia 01 — Abertura do Congresso; dia 02 — O Corpo Lesado; dia 03 — Falando do Corpo e sobre o Corpo; dia 04 — Prismas Corporais; e dia 05 — Universo do Corpo. A secretaria do Congresso está sob a responsabilidade do Centro de Estudos de Fonoaudiologia e Psicomotricidade. Os interessados deverão encaminhar correspondência para a rua Vitória da Costa, 33 - Humaitá - Rio de Janeiro — CEP 22261 - RJ, ou ligar para: (021) 246-2728 ou 286-3718.

O CIE-PSIC-Centro de Investigação e Ensino de Psicologia Social, Institucional e Comunitária ainda apresenta, em sua programação do primeiro semestre, vários cursos com inscrições abertas. São eles: **CURSOS DE NUCLEAÇÃO TEÓRICA** — Formação de observadores e coordenadores de grupos operativos. **CURSOS DE EXTENSÃO CULTURAL** — Fundamentos do pensamento dialético — Fundamentos da Psicopatologia — Fundamentos da Psicologia Institucional. E, por último, destinado para estudantes de Psicologia, Grupo de Elaboração da Aprendizagem e da Identidade Profissional. Os interessados podem obter maiores informações à Avenida São Gualter, 440 - CEP 05455 — São Paulo - SP ou pelo fone (011) 260-9668.

Ψ Ψ Ψ

CURSO INTRODUTÓRIO DE ANÁLISE TRANSACIONAL — Promovido pelas psicólogas Maria Inês Vilas Boas e Aparecida Ângela Nicolini, o curso é destinado a profissionais ou a qualquer pessoa interessada em conhecer ou aprofundar-se nos conceitos de Análise Transacional. Será ministrado mensalmente, com uma duração total de 16 horas. Eis alguns itens do programa: O surgimento da Análise Transacional; As transações; Os roteiros de vida; O conceito de carícias ou afagos; As fomes; Disfarces. Ao final, será fornecido certificado de frequência. Maiores informações pelo fone (011) 287-8073 e 544-3131.

Ψ Ψ Ψ

A Dra. Listz Walldernya, de Campinas, está formando um grupo de estudos para discutir o tema **TEORIAS PSICANALÍTICAS DE FREUD**, baseado nos livros: *Noções Básicas de Psicanálise* (Charles Brenner) e *Obras Completas de Freud* (vols. 12 e 16). A iniciativa visa atingir principalmente os estudantes de psicologia. O encontro se realizará em Campinas, semanalmente, e terá a duração de um ano. Os interessados deverão se comunicar com Izilda pelo fone (011) 731-4461 (Jundiaí), à noite.

Ψ Ψ Ψ

A Padi — Consultoria e Treinamento realizará, a partir do dia 22, sua II SEMANA DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL. Os temas apresentados serão os seguintes: dia 22 — Economia em outras palavras... para psicólogos, dia

23 — Marketing de seleção de pessoal; dia 24 — Jogos e simulações em treinamento: alternativas e criação; e dia 25 — Criação e uso de instrumentos não-tradicionais em seleção de pessoal. O horário será das 19:00 h às 23:00 h e as inscrições podem ser feitas pelo fone (011) 543-6414. Endereço: Alameda dos Anapurus, 977 - CEP 04087 - SP.

Ψ Ψ Ψ

Sob a direção da psicóloga Aracy Serra, psicodramatista e docente em Biodança, estão sendo formados **GRUPOS DE ENCONTRO E VIVÊNCIA TERAPÊUTICA**, baseados nas técnicas de Biodança e Psicodrama. Os encontros têm duração de duas horas semanais, havendo possibilidade de optar pelos seguintes dias e horários: segundas-feiras às 14:30 h; terças-feiras às 19:00 h e sextas-feiras às 18:30 h. Os interessados poderão marcar entrevista inicial pelo fone (011) 884-0222 ou então comparecer à rua Joinville, 274, Ibirapuera.

Ψ Ψ Ψ

ESTUDOS DE CASO DE TERAPIA DE FAMÍLIAS será o tema debatido na sede da Sefam — Sociedade de Estudos da Família — no próximo dia 20, às 14 horas. Para quem quiser participar do grupo de discussão, a vai o endereço: rua Hawaii, 325, Sumaré - fone: (011) 65-6049.

Ψ Ψ Ψ

Será realizado, de 21 a 25 de maio, em São José dos Campos, no Auditório do ITA, o I CONGRESSO PAULISTA DA QUESTÃO SOCIAL. O objetivo do evento será subsidiar a Administração Federal na implantação do Ministério para o Desenvolvimento Social e na elaboração dos textos que norteiam a edição da nova ordem jurídico-social do País-constituinte, destacando os componentes da política social. Ministério Social — Alternativa para a Nova República será o tema debatido dia 21; Responsabilidades do Estado e da Sociedade/Menor, dia 22; Alternativas Habitacionais e População Marginal, dia 23; Trabalho, Sindicato e Pacto Social, dia 24; e Política Social e Constituinte, dia 25. As inscrições podem ser feitas até o dia 15 de maio, na Prefeitura de São José dos Campos. Endereço: rua José de Alencar, 123 - 5º andar. Fones: (0123) 21-8000 - R. 270 ou 21-9620.

Concurso para Professor Titular em Ribeirão Preto

Em cumprimento à decisão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, tomada em sessão realizada a 25-3-85, acham-se abertas pelo prazo de 180 dias, contados a partir da primeira publicação do edital, as inscrições

ao concurso de Títulos e Provas para preenchimento de um cargo de professor titular, Ref. MS-6, em RDIDP, junto ao Departamento de Psicologia e Educação, conjunto de disciplinas: Psicologia Experimental I e II — Análise Experimental do Comportamento, Psicofisiologia e Psico-

farmacologia.

O concurso será regido pelo disposto no Estatuto da Universidade de São Paulo (artigos 96 a 100), no Regimento Geral da Universidade de São Paulo (artigos 190, 203 a 209, 213 e 214).

O edital foi publicado no D.O. de 3-4-85, pág. 23, Seção I.

PROCURA-SE

Por solicitação da Sharp ao CRP-06, estamos publicando o convite da empresa a profissionais interessados para atuarem em seus quadros como: assessor de RH, que possua sólida atuação em planejamento e desenvolvimento de projetos como plano de carreira e banco de dados, com experiência mínima de cinco anos na área; chefe de recrutamento e seleção de pessoal, com

experiência de supervisão em grande empresa e domínio do Teste Z de Zulliger; e técnico em avaliação de desempenho, com experiência em instrumental de avaliação e projetos de desenvolvimento de potencial. Os interessados deverão entrar em contato com Irene ou Deise. Endereço: rua 13 de Maio, 900, 1º andar, Bela Vista. Fones: (011) 285-6821 ou 251-5418.

ERRATA

Na edição passada, na seção Procura-se, aconteceram alguns erros de ordem gráfica que retificamos agora, nesta edição: o nome correto da psicóloga é Ana Lúcia Cavani Jorge, seu telefone em São Paulo é 262-7752 e seu endereço em Santos é avenida Ana Costa e não rua Ana Costa, como havia sido noticiado.

SAÚDE MENTAL E TRA

Após caminhar em círculos durante alguns meses, a Comissão de Psicologia do Trabalho finalmente encontrou um tema que acabou empolgando os membros da equipe: a saúde mental do trabalhador.

A primeira descoberta que o grupo fez foi que, a respeito do assunto, pouquíssima coisa, quase nada havia sido elaborado. Era necessário fazer uma verdadeira garimpagem pelas diversas publicações e pelas instituições, resgatando pessoas, teses, artigos que pudessem contribuir para o enriquecimento do tema.

E assim fomos buscar Denise e Regina, duas psicólogas da Fundacentro; chamamos Mário Angelino, da Cosipa, e Wanderley Codo, do Diesat, para começarmos a conversar. Aos poucos fomos montando os itens que deveriam ser debatidos e aprofundados. Lá pelas tantas, o grupo sentiu necessidade de que aquelas idéias e debates deveriam ser fixados de alguma forma. Alguma coisa deveria ser redigida; e foi assim que o Waldir ficou encarregado de preparar um trabalho que, de certa forma, refletisse o conjunto de conceitos até então levados ao debate.

Em janeiro de 85, o texto ficou pronto e ao ser lido tanto na Comissão de Trabalho quanto na Plenária do Conselho verificou-se que ele poderia ser útil no sentido: 1º, de despertar o interesse da categoria por um tema relativamente novo, e; 2º, de levantar um debate entre os psicólogos ligados às organizações no sentido mesmo de uma redefinição do papel destes profissionais dentro das empresas.

A intenção ao redigir o trabalho não foi a de esgotar o assunto. O texto é, pelo contrário, intencionalmente incompleto, ele apenas insinua uma série de saídas que poderão ser desenvolvidas. O Sílvio definiu bem o trabalho como sendo um "texto tronco", os "galhos" deverão ser desenvolvidos dentro do próprio grupo, daí resultando um trabalho coletivo.

Ao publicar agora este texto, o CRP está apostando em que seu conteúdo polêmico venha a atrair mais profissionais, inclusive de outras áreas, para contribuir no aprofundamento do assunto.

INTRODUÇÃO

A preocupação dos profissionais da saúde e dos líderes sindicais com a saúde do trabalhador vem-se revelando com mais assiduidade ultimamente, devido ao agravamento da crise e das consequências desta sobre a vida do assalariado. Entretanto, o tema não foi devidamente tratado como merecia, provavelmente pela sua complexidade ou, quem sabe, pela não percepção de sua gravidade frente a temas mais "chamativos". Falamos da **saúde mental** do trabalhador.

Uma das possíveis razões da pouca atenção dada ao tema é que dificilmente as empresas aceitam a idéia de que o distúrbio mental ou desvios de comportamento estejam associados com a situação de trabalho. O trabalhador quando apresenta problemas nessa área é considerado o único responsável pelo surgimento do sintoma, nunca a empresa.

Mas, no momento, não estamos aqui à procura do culpado, mesmo

porque nem mesmo sabemos direito qual é o "delito".

Temos apenas um nome: "Saúde Mental" — e tudo ou quase tudo por elucidar.

1 — Definindo o que não é

Saúde mental é um conceito de difícil balisamento, seus contornos não são identificáveis à primeira vista. Pode-se começar dizendo que a ausência de sintomas patológicos daria a primeira pista para se afirmar a existência da saúde mental. Mas é claro que isso é insuficiente. O fato de um sujeito não apresentar nenhum sintoma patológico não nos dá condições de dizer que ele seja exatamente saudável. Apenas nos permite dizer que este cidadão não está doente ou não está exigindo um tratamento psicoterápico.

2 — Em busca do ideal...

Não é por aí que chegaremos a fechar a conceituação exata de saúde mental. Tentemos então uma proposição ideal: saúde mental seria um estado de pleno desenvolvimento das potencia-

lidades do indivíduo. Indivíduo saudável seria aquele que tivesse atingido um grau de crescimento tal que todas suas potencialidades estariam realizadas, sob os mais diversos pontos de vista.

Esta conceituação peca pelo exagero e pela falta de praticidade.

Outra falha é que sugere um conceito estático, entendendo a saúde mental como resultado, como ponto de chegada. No entanto esta conceituação idealista tem sua utilidade: ela orienta o raciocínio no sentido de se pensar a saúde mental ligada a um objetivo de vida amplo e abrangente.

3 — Saúde mental e valores

Seguindo essa orientação poderíamos dizer que saúde mental seria o resultante de um processo (conjunto integrado de comportamentos) que o indivíduo põe em funcionamento, visando atingir sua realização plena, entendendo essa realização como a concretização de valores.

Essa realização ou concretização de valores não se dá no vácuo mas acontece dentro de uma realidade de amplo espectro. O indivíduo está inserido nesta realidade e entre ele e a realidade circundante se dá um processo de interação. O indivíduo atua sobre a realidade, transformando-a ao mesmo tempo em que a realidade atua sobre o indivíduo, modificando-o.

4 — A saúde está no processo

Como se pode perceber, trata-se de um processo dinâmico e mais ainda é dialético. A interação indivíduo X realidade se dá em forma de embate onde não faltam os conflitos, as contradições, perdas e ganhos.

Esse embate está presente desde o momento da geração do indivíduo quando ele recebe os primeiros recursos (genéticos) para se constituir como organismo independente até o ponto em que ocorre a sua desagregação biológica.

5 — Homem, animal carente e dependente

Mais do que qualquer outro animal, o ser humano é marcado pelo signo da dependência,

especialmente nos primeiros anos de vida, e não constituem a maioria os que conseguem se libertar deste signo. O homem recebe de fora os recursos e os estímulos que garantem sua sobrevivência e mesmo sua segurança física e emocional; de seu, o indivíduo traz alguns recursos mínimos, potencialidades para desenvolver e muitas lacunas a preencher.

O homem é basicamente um ser carente e incompleto e sua construção e completação vai se fazendo ao longo do tempo.

6 — Em busca do acabamento

Até certo ponto a sua completação biológica se faz de forma quase automática, mas seu "acabamento" psicológico, a partir de uma certa idade, depende quase que exclusivamente só dele. É nessa busca do "acabamento" psicológico que acontece a saúde mental. A saúde se caracteriza, pois, por uma situação de busca, busca de completação, de realização das potencialidades.

Essa busca se dá, como vimos anteriormente, dentro de um contexto mais amplo que é a realidade circundante e da qualidade do relacionamento do indivíduo com a realidade é que depende o atingimento mais ou menos rápido do crescimento pessoal.

7 — Frente à realidade, ele dança...

Normalmente, a realidade externa não se apresenta pródiga em recursos, nem coloca seus recursos ao alcance das mãos do indivíduo e, quase sempre, tais recursos necessitam de um processamento, de uma modificação para poderem ser consumidos.

Perante o real, o indivíduo pode assumir as mais diversas atitudes:

a — Em vez de encarar o real de forma objetiva, ele cria fantasias, negando por assim dizer a realidade. Refugiando-se num mundo imaginário, o indivíduo chega, em casos extremos, a uma perda total de contato com o mundo.

b — Em outro caso, não aceitando a realidade,

de, ele simplesmente passa a hostilizá-la irracionalmente, em uma conduta destrutiva e que não leva a nada.

c — Outras vezes, o indivíduo simplesmente se submete passivamente à realidade sem qualquer pretensão de modificá-la, aceitando-a de forma fatalista.

d — Finalmente, há aqueles que encararam a realidade de frente, procurando entendê-la e procurando também modificá-la.

8 — Crítica e mudança

É claro que as opções de relacionamento com a realidade não se esgotam nesses quatro exemplos acima e nem podemos pensar em um comportamento monolítico de um indivíduo mantendo uma atitude única e permanente perante a realidade. O melhor é pensarmos em tendências para atitudes do tipo a, b, c ou d. Pensando assim, podemos dizer que o indivíduo que mantém perante a realidade uma posição mais freqüente de crítica e de esforço de modificação é o que tem melhores chances de desenvolvimento e portanto de manutenção de sua saúde psíquica.

Essa atitude crítica perante a realidade supõe necessariamente uma certa autonomia diante das circunstâncias sem perder contudo a noção da interdependência.

9 — Busca de autonomia

Falamos antes que o ser humano é o mais marcado pelo signo da dependência e que o caminho para se tornar adulto é na realidade um esforço em busca da autonomia, um esforço para caminhar pelas próprias pernas.

A autonomia do indivíduo pode ser considerada um pré-requisito para ele poder lidar com a realidade externa de forma criadora e a partir daí construir seus próprios valores.

Essa construção de valores se dá dentro de uma escala ascendente, de acordo com as percepções que o indivíduo vai tendo tanto da realidade externa quanto da sua própria realidade interna.

10 — Autopercepção e evolução

Essa autopercepção nada mais é do que, de um lado, a percepção das carências e, de outro, a percepção das próprias possibilidades ou forças internas. Na medida em que o indivíduo vai suprindo as carências mais fundamentais (ligadas à sua própria subsistência), ele passa a perceber outras carências de natureza diferente.

Em tese, podemos dizer que o grau de evolução do indivíduo mantém uma correlação positiva com a quantidade e qualidade de percepções que tem de si e da realidade externa, isto é, das suas próprias carências e dos recursos que a circunstância lhe fornece para atendê-las.

Entretanto, esteja em que grau estiver de sua evolução, sempre haverá um momento em que esse indivíduo vai ter de caminhar pelas próprias pernas, rompendo ligações que o prendiam à sua infância.

11 — O encontro com o trabalho

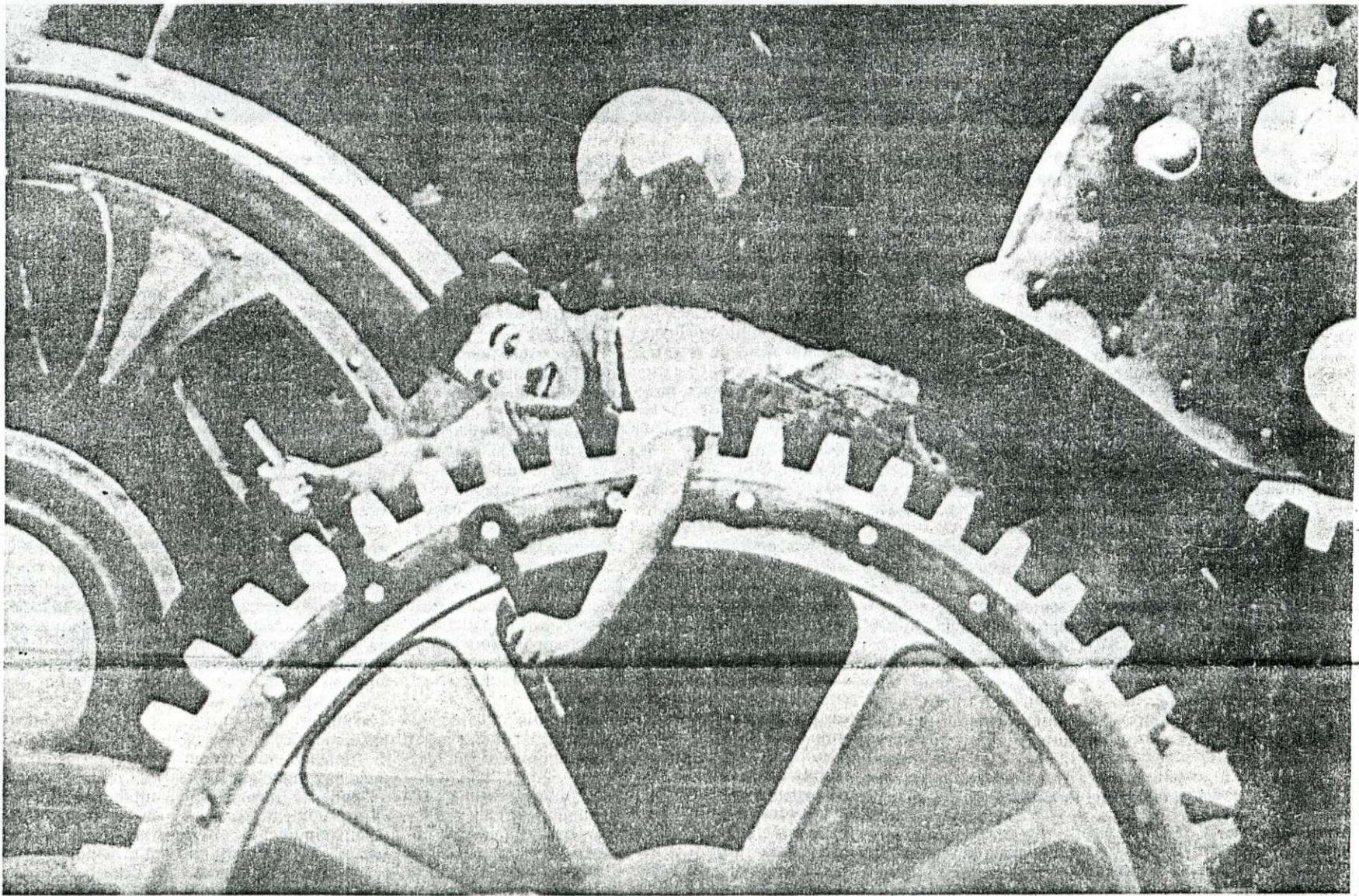
Para uma significativa maioria esse caminhar pelas próprias pernas quer dizer simplesmente iniciar um trabalho, uma atividade produtiva. Uma pequena parte dos que buscam trabalho o faz através de uma atividade autônoma, enquanto a maioria ingressa no trabalho assalariado.

Aí começa um outro drama na vida do indivíduo: ele que procurou o trabalho para conseguir sua independência, acaba encontrando uma forma de dependência, às vezes, mais penosa. Por quê?

12 — A barganha inicial

Quando o indivíduo ingressa numa organização, oferecendo sua força de trabalho, ele traz em sua bagagem: energia física, algumas habilidades, alguns conhecimentos, capacidade de criação, potencialidades a serem desenvolvidas, disposição para o trabalho. Ele coloca todo esse "capital" a serviço da empresa, esperando em troca: condições para sua sobrevivência e condições de segurança. No início de sua carreira, ele

TRABALHO ASSALARIADO



se satisfaz com a possibilidade de contar com essas duas condições e conforme ele vai se desenvolvendo, adquirindo novas habilidades, obtendo novos conhecimentos e aumentando sua capacidade de criação, novas aspirações vão se formando dentro dele, seu horizonte se amplia e ele passa a exigir retribuições de outra natureza.

É um direito deste cidadão esperar que a empresa continue lhe oferecendo as condições para atendimento dessas novas aspirações e como contrapartida é dever da empresa atendê-las.

13 — Depois das expectativas, a realidade...
Mas a realidade que aguarda o cidadão por trás da fachada de respeitabilidade da empresa é muito diversa daquela esperada pelo assalariado.

No dia a dia de trabalho, o indivíduo vai entrar em contato com uma

série de condições que vão gerar dentro dele medo e frustração e com o tempo ele vai perceber que a empresa não exige dele somente sua força de trabalho, mas muito mais.

Medo, frustração e alienação são os fantasmas que rondam a vida do trabalhador, tirando-lhe qualquer chance de manter íntegra sua saúde geral e particularmente a mental.

14 — As fontes de ameaças

É tão freqüente a presença do medo na maioria das empresas que ele acaba sendo a característica mais marcante de quem vive de salário, além de se constituir na forma mais eficaz de controle dos trabalhadores pelos delegados do poder.

As ameaças sob as quais vive o trabalhador são das mais diversas naturezas:

— Ameaça de desemprego

- Ameaça de aplicação de penalidades
- Ameaça de remoções
- Ameaça de perda de benefícios
- Ameaça de perda de prestígio
- Ameaça de isolamento pela chefia
- Ameaças de isolamento pelo grupo

15 — O processo de encolhimento

A insegurança atinge, de forma discriminada, a todo trabalhador, provocando nele uma série de distúrbios em cadeia que vão desde desvios de comportamentos até perturbações psicossomáticas.

O efeito mais perverso da condição de medo não é o representado pelos distúrbios mais evidentes. Há um efeito quase imperceptível, de ação lenta mas constante, que é o que poderíamos chamar de "encolhimento" da personalidade.

O trabalhador, na tentativa de se livrar das di-

versas agressões a que é submetido, vai adotando uma série de defesas e de acomodações. Vai se encolhendo, vai se dobrando, vai se desfigurando até perder toda dignidade como pessoa humana.

Chega um momento em que nem é mais preciso existir a ameaça externa. O trabalhador já introjetou todas as agressões e todas as ameaças. Ele se autobloqueia.

16 — As fontes de Frustração

A frustração é o desencontro entre a expectativa do indivíduo e o que a realidade lhe oferece.

De certa forma a frustração faz parte do dia-a-dia na vida de qualquer cidadão, entretanto há sempre uma forma de compensação para equilibrar as situações de frustração e as de satisfação. Se houver um desequilíbrio nesse balanço a favor da frustração é quase fatal que o indivi-

duo acabe buscando formas de compensação nem sempre mais adequadas e comprometendo ainda mais a homeostase psíquica.

Na situação de trabalho são muito freqüentes as condições de frustração:

— Execução de tarefas muito abaixo da capacidade do indivíduo como ocorre nas linhas de montagem, onde a fragmentação de processo de produção reduz o trabalhador a um robô.

— Execução de tarefas acima da capacidade gerando no trabalhador a sensação de incompetência.

— Execução de tarefas com pouco ou nenhum significado para o trabalhador, especialmente os serviços burocráticos, gerando um sentimento de vazio.

— Situação em que se vê discriminado e não reconhecido em seu esforço.

— Situações em que se vê obrigado a entrar em

competição com os companheiros, passando para trás seu sentimento de solidariedade e de cooperação.

— Situação de ambigüidade de papéis.

— Situações conflitantes de ordens e contra-ordens.

— Relacionamentos difíceis com superiores, pares e subordinados sem opção de mudança.

Estas e muitas outras situações são tão freqüentes na maioria das empresas que os elementos, dada a repetitividade do fenômeno, acabam por não mais perceber a gravidade desses fatos.

17 — A camisa de força

Dissemos anteriormente que, com o passar do tempo, o trabalhador percebe que a empresa exige dele não apenas sua força de trabalho, mas muito mais. O que é esse "muito mais"?

As grandes organizações cultivam uma certa





política dita motivacional segundo a qual os empregados são induzidos a se identificarem com os objetivos da empresa. A expressão popular para este tipo de atitude é o "vestir a camisa da empresa".

Esse processo de envolvimento desemboca muitas vezes na criação de uma mística empresarial que por sua vez gera seus próprios ritos e seus grãos-sacerdotes, transformando a empresa em uma confraria. Esta situação existe com mais frequência do que se cogita. Trata-se de uma posição extrema, mas que de certa forma é imitada por outras organizações de porte menor. São também chamadas hoje de "empresas totais", principalmente as que seguem o modelo japonês. Segundo este modelo, a empresa deve ocupar na mente do indivíduo um lugar de máximo destaque, na escala de seus valores, bem ao lado do valor "pátria".

18 — Empresa — Ideal de vida

É fácil entender que, quando a empresa atinge este estágio, o indivíduo já perdeu todo direito a definir seus próprios objetivos de vida. A empresa ocupa tamanho espaço dentro dele que não permite ao trabalhador criar e desenvolver seus próprios valores.

O trabalhador passa a ser o que a empresa quer que ele seja, a empresa faz de tudo para que o trabalhador a veja como perfeita, que tudo prevê e tudo controla. Tudo o que a organização faz é bom e nada tem a ser reprovado.

Em caso de um possível conflito, a tendência desse indivíduo é que ele volte a agressão contra si mesmo, passando a se sentir culpado por não ser capaz de cumprir o ideal da empresa. Seu senso crítico há muito que desapareceu e agora a empresa e seus padrões são seus únicos referenciais.

É a alienação levada às últimas conseqüências.

19 — Saúde mental, uma proeza

Medo, frustração e alienação é tudo o que aguarda o trabalhador na situação de assalariado ou há algum espaço em que ele encontre segurança, realização e autonomia?

Se se pensa que o trabalho e todas as suas circunstâncias foram programadas para satisfazer às necessidades do capital e só muito remotamente às necessidades do trabalhador, a resposta só pode ser: não há esse espaço ou melhor há, mas apenas para uma minoria. A massa não é contemplada nesta partilha de benefícios do trabalho.

Alguém poderia objetar: se o trabalho, nas condições impostas no mundo capitalista, fosse um gerador de distúrbios mentais as cidades se transformariam em manicômios.

Certamente o mundo seria um manicômio (e não apenas as cidades) se o trabalhador não encontrasse formas de compensar suas frustrações fora da situação do trabalho.

Se a doença mental não atinge um número maior de trabalhadores não é por mérito das organizações e sim graças ao poder de resistência às pressões que o trabalhador emprega para garantir um mínimo de espaço para si próprio.

Conseguir se manter saudável apesar de todas as agressões e de todas as tentativas de submetê-lo é uma proeza do trabalhador digna de um artista de circo.

Entretanto a conseqüência mais desastrosa da situação de trabalho não é a doença mental expressa mas sim aquilo a que já nos referimos acima: é o não crescimento das pessoas, é o que poderíamos chamar de "nanismo psicológico".

20 — Há uma saída?

Pretender eliminar o medo e a frustração de nossas vidas é desejar o

impossível. Esses dois sentimentos freqüentam desde cedo nossa existência e a maioria das pessoas acaba aprendendo a conviver com eles sem grandes desgastes, mesmo porque há uma enorme variação em seu conteúdo e sempre se encontra um meio de se safar deles.

Entretanto esses mesmos sentimentos na situação de trabalho têm outra conotação: são compulsórios, repetitivos e cumulativos. Somos obrigados a suportá-los, são sempre da mesma natureza e seus efeitos vão minando constantemente nossa capacidade de resistência.

Seria necessário uma mudança radical nas relações de trabalho para transformar o clima das organizações em algo mais saudável. Mas acontece que muitos componentes deste clima são elementos essenciais e inerentes ao modelo capitalista fazendo com que uma proposta de mudança não passe de um certo arranjo de superfície sem afetar a essência do sistema.

Mas enquanto não for viável uma mudança mais profunda e radical pode-se ir tentando e testando formas mais saudáveis de relações de trabalho.

21 — Começar por onde der...

Num primeiro momento, é preciso reduzir nossas aspirações ao quadro da realidade atual e tentar preservar ao máximo possível a saúde do trabalhador, não permitindo que a doença se implante e se expanda acima dos atuais níveis.

O ideal seria promover a plena saúde do trabalhador através de seu crescimento em todos os sentidos. Mas por enquanto isto é inviável. Como um trabalhador, preocupado em sobreviver, preocupado em se livrar de ameaças, preocupado em agradar aos delegados do poder, será capaz de pensar em seu

desenvolvimento mental, social e criativo?

Hoje podemos dizer que o grau de saudabilidade do assalariado é proporcional à capacidade que ele desenvolve de resistir às tentativas de invasão de seu espaço pela empresa.

Talvez seja por aí que devemos começar: promovendo algumas condições que permitam ao trabalhador ampliar sua capacidade de resistência, quase numa linha de analogia com a saúde física. Quando as condições ambientais são francamente desfavoráveis à manutenção da saúde física o que se faz é reforçar as defesas do organismo para dificultar qualquer invasão externa.

22 — Reforçando as defesas

Quando se fala em reforço não se pode pensar em algo passivo, em algo externo ao trabalhador e sim em uma atitude a ser assumida por ele, alguma coisa que venha de dentro dele.

Neste caso tudo deve começar por uma tomada de consciência pelo trabalhador de que nada poderá ser feito para ele, especialmente quando se trata de preservar sua saúde mental e de ampliar seu campo vital. Deve-se deixar claro para o trabalhador que há dentro dele condições que o tornam capaz de reconquistar seu espaço e sua dignidade e que ninguém poderá fazer isto por ele.

Esta consciência será muito débil no início. A maior resistência a assumi-la está no próprio trabalhador treinado a só confiar em quem usufruiu do poder. O sentimento de impotência é constantemente reforçado pelos regulamentos e pelo sistema de hierarquias das empresas.

Por isso outra evidência se faz necessária ao trabalhador: a de que ele não está só nesta luta e que para que seu esforço consiga algum retorno ele deverá se juntar aos outros para combater todas as formas de pressão

e de opressão: desde o controle do ritmo da produção até a redefinição das políticas de sua empresa.

É essa última descoberta, a **força do grupo**, que cada trabalhador tem de fazer para retomar o caminho de volta.

23 — Resumo e conclusão provisória

Se formos resumir o exposto até aqui, diremos: O indivíduo que no início de sua caminhada é um ser totalmente dependente de suas circunstâncias e incompleto quanto à realização de suas potencialidades vai aos poucos construindo seu espaço interior e intercambiando com a realidade externa de forma criadora. Quando, finalmente, ele ingressa no mundo de trabalho na tentativa de consolidar sua autonomia e realização, ele se vê de repente jogado em uma máquina que tenta de todas as formas moldá-lo, submetê-lo e sugá-lo. Esse indivíduo, às vezes, tenta resistir mas ao se perceber sozinho nesta tarefa, entrega-se, amolda-se e é consumido.

De propósito, colocamos o indivíduo só e em uma situação implacável. É nossa intenção destacar esses dois aspectos.

1º A fragilidade do indivíduo isolado, que busca sozinho o caminho da realização.

2º A inexorabilidade da empresa em sua busca de resultados, doa a quem doer.

Colocadas as coisas desta forma, podemos concluir que, para o trabalhador, considerado isoladamente, não existe muita perspectiva de saúde. Só lhe resta mesmo agüentar firme e aguardar a aposentadoria.

Não é preciso ser Schopenhauer para concluir que tal perspectiva de vida lembra mais o pórtico do inferno do que a visão do paraíso.

24 — Outras conclusões possíveis

Uma atitude pessimista não nos leva a nada. Mesmo que a realidade não seja das mais favorá-

veis, o homem de ação sempre descobre um atalho que o tira do beco sem saída.

Os atalhos podem até se multiplicar.

Deixamos mais ou menos esboçada uma perspectiva de saída para o trabalhador quando falamos na descoberta do grupo.

Entretanto a simples tomada de consciência da existência grupal não é suficiente para preservar o trabalhador em relação às forças de pressão. É preciso que ele se instrumentalize e adquira algumas habilidades no trato com o grupo. O grupo só é grupo quando instrumentalizado e coeso em torno de objetivos muito claros para todos os membros. Do contrário, é bando sem eira nem beira.

É nesse momento que certos profissionais podem prestar ao trabalhador um serviço de real utilidade assessorando-o na aquisição daquelas habilidades básicas para o trabalho em grupo.

Podemos pensar também em outras perspectivas mais ousadas de saída e que naturalmente se chocam com a maioria das atuais propostas vigentes. São mudanças que precisam ser acionadas por etapas, desde, por exemplo, um esforço de **humanização** que transforme as condições de trabalho em função da qualidade de vida e da dignidade do trabalhador, passando pela **democratização** da empresa com a criação de mecanismos e canais de participação dos trabalhadores até a promoção da plena **gestão dos trabalhadores**, com estes influindo diretamente no processo.

Como se pode perceber os caminhos que levam à completa saúde mental do trabalhador passam necessariamente pelas práticas da democracia e podem ir mais além.

Mas isto é sonhar demais!

Ou não.

A. Waldir Biscaro - 05/03/85

COMISSÃO DE PSICOLOGIA DO TRABALHO DEBATE SAÚDE MENTAL...

A Comissão de Psicologia do Trabalho do CPR-06 vem-se reunindo há cerca de um ano e meio com psicólogos que atuam em diferentes organizações nas diversas entidades ligadas a este campo de trabalho.

Há aproximadamente seis meses, o grupo — que no primeiro ano de atividade debateu questões que iam da utilização de métodos e técnicas até o problema da saúde mental e trabalho, passando por aspectos relativos à ética profissional, mercado de trabalho, formação profissional, etc. — estabeleceu como objetivo central **aprofundar e ampliar o debate acerca da finalidade de vida no tra-**

balho, ou seja, o binômio saúde mental — trabalho. Aprofundar no sentido de que, até agora, apenas os aspectos ligados à saúde física do trabalhador têm sido explorados quando se fala em condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. Ampliar na medida em que este tema, pela sua natureza e dimensão, tem que ser permanentemente debatido pela vasta gama de interessados: a categoria dos psicólogos, outros profissionais da área de saúde, estudiosos e pesquisadores nas universidades e em outros órgãos ligados ao problema, órgãos do governo e, principalmente, pelos próprios trabalhadores e suas entidades representativas.

... Com Peter Spink

Entre as atividades que a Comissão está desenvolvendo, a realização de encontros com estudiosos, especialistas e pesquisadores envolvidos com o problema da qualidade de vida no trabalho é uma das mais importantes. Esses encontros deverão acontecer, a princípio, uma vez por mês e estão sempre abertos à participação de todos os interessados.

O primeiro desses encontros contou com a presença de Peter Spink, psicólogo do Instituto Tarstoch de Londres, há muitos anos no Brasil lecionando na PUC e na USP e realizando trabalhos de consultoria e assessoria em várias orga-

nizações.

Em sua palestra, Peter Spink enfatizou que, ao enfocarmos as relações entre Saúde Mental e Trabalho — que não existem na proporção de um para um — devemos nos concentrar na relação Homem — Trabalho, ou seja, Homem — Desenho e Organização do Trabalho. Nessa medida, os problemas de saúde mental no trabalho devem ser vistos não como problemas, mas antes como sintomas de uma inadequada relação Homem — Trabalho.

Essa forma de encarar a questão evita o perigo da extrapolação de uma abordagem da psicologia clínica, que tende a localizar o problema no indivíduo e, pior ainda, da

prática de ajudar o indivíduo a se ajustar às condições de trabalho, sem que estas sejam contestadas.

Outra crítica feita por Peter Spink à prática da Psicologia do Trabalho foi a especialização e compartimentalização das atividades dos psicólogos nas organizações em recrutamento / seleção / avaliação, treinamento / saúde organizacional, etc..., o que acaba fazendo com que cada profissional tenha uma "explicação" para o problema própria do seu ângulo de visão / ação, além de enfraquecer o poder de influência da área de Recursos Humanos.

Como proposta e desafio, Spink colocou que

a tarefa deve ser a de promover o debate democrático sobre o desenho e a organização do trabalho — incluindo neste item as condições de trabalho e benefícios, desenho de agrupamentos, métodos de trabalho, formas de coordenação, seleção, treinamento, etc. — em cima da fronteira entre a organização e a sociedade. E o psicólogo participa deste debate com contribuições da psicologia clínica, social, educacional, etc..., sem distinções — na busca e invenção de novas e mais saudáveis formas de organização do trabalho.

(Veja nas páginas 4, 5 e 6 artigo da discussão da Comissão de Psicologia do Trabalho do CRP-06).

I ENCONTRO DOS PSICÓLOGOS DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Realizou-se, a 8/12/84, no Instituto Sedes Sapientiae, o I Encontro Paulista de Psicólogos do Serviço Público Federal. O evento, organizado pela Comissão de Saúde do CRP-06, teve como objetivo discutir a contribuição dos psicólogos que atuam junto a serviços na área de saúde pública, bem como avaliar os trabalhos que vêm sendo realizados no âmbito do Serviço Público Federal.

Com a participação de cerca de 35 profissionais ligados à área, o temário do encontro abordou os seguintes aspectos:

— História da Subco-

missão de Saúde dos Psicólogos do Serviço Público Federal.

Mirsa Elisabeth Dello-si — Comissão de Saúde — CRP-06

— Atuação do Psicólogo: Hospital Geral

Maria Leonor Espinosa Enéas — São Paulo

— Atuação do Psicólogo: Hospital Infantil

Maria das Graças Oliveira — Inamps — São Paulo

— Atuação do Psicólogo: Unidade de Hemofilia

Maria de Lourdes Baptista — Inamps — São Paulo

— Atuação do Psicólogo: Ambulatório de

Psiquiatria

José Costa Souza — Inamps — São Paulo

— Atuação do Psicólogo: Ambulatório Médico

Ana Maria V. Peres Boratino — Inamps — Campinas

— Atuação do Psicólogo: Centro de Reabilitação Profissional (CRP)

Frida Zolty e Marina Soares Rodrigues — CRP-INPS / São Paulo

Ana Aparecida Pessoa Pires — CRP-INPS / São Paulo.

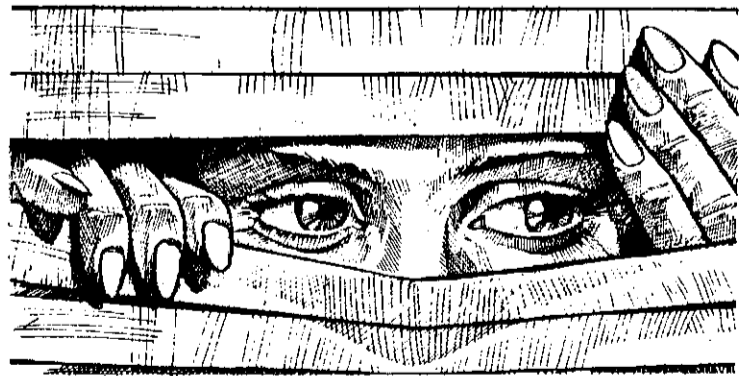
A avaliação do encontro, além de salientar a importância da integração entre os profissionais da área, levantou a ne-

cessidade da criação de espaços semelhantes que permitam a divulgação de outros trabalhos que estão sendo realizados. A importância desse último aspecto ganha maior destaque, dada a constatação, feita durante o en-

contro, em relação ao excelente nível de atendimento e do aprofundamento das reflexões de natureza política, encontrados na prática de trabalho dos psicólogos que atuam junto ao Serviço Público Federal, ainda

praticamente desconhecida, mesmo entre o nosso próprio meio profissional.

Oportunamente, o CRP-06 divulgará, através deste jornal, os trabalhos citados acima.



FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO EM QUESTÃO

A partir das discussões acerca das várias questões envolvidas no processo de formação dos psicólogos, está sendo iniciada — a nível nacional, coordenada pelo CFP e contando com o engajamento de todos os CRPs — uma pesquisa que tem por objetivos: a) caracterizar um perfil profissional do psicólogo; b) proceder um levantamento quanto à demanda social do trabalho deste profissional; c)

relacionar os aspectos existentes entre a formação e a demanda social.

Com estes objetivos pretende-se obter não só um retrato da situação atual do psicólogo como também informação de quais são as demandas da realidade social frente ao trabalho desse profissional. Para isso investigaremos novas propostas de prática profissional que nos indiquem os campos que, no momento, estão sendo cobertos

apenas pelas iniciativas isoladas, embora de fato estejam se mostrando serviços que efetivamente respondem à demanda social.

Trata-se, portanto, de um interesse mais amplo que o de simples levantamento do mercado de trabalho. Finalmente, de posse dessas informações, pretendemos correlacioná-las com a formação curricular do psicólogo. Acreditamos que de posse desse estu-

do aprofundado teremos elementos suficientemente fundamentados para fomentar as discussões entre professores, profissionais e estudantes e, dessa forma, influir junto ao Conselho Federal de Educação.

A execução da pesquisa encontra-se atualmente na primeira fase (caracterização do perfil profissional), tendo sido já delimitado um projeto básico, que terá, a nível de cada Conselho Regio-

nal, um grupo responsável, diretamente vinculado ao Grupo Gestor que está diretamente ligado ao Conselho Federal de Psicologia. Com a preocupação de envolver a comunidade acadêmica, estão sendo contratados professores das Universidades, cuja colaboração, além dos aspectos técnicos, representa uma aproximação necessária entre as atividades de docência e pesquisa e as questões ligadas ao exer-

cício profissional do psicólogo.

A nível do CRP-06, dentro dessa primeira fase, está se procedendo ao levantamento referente aos aspectos que não teriam sido cobertos pela pesquisa já editada, sobre o perfil profissional do psicólogo no Estado de São Paulo, encomendada ao DIEESE por este Conselho juntamente com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

Psicotécnico: enfim a divisão equitativa.

No dia 19 de março de 1985 o Dr. Abrahão José Kfourri Filho, diretor do DETRAN, baixou portaria estabelecendo a obrigatoriedade da divisão equitativa do exame psicotécnico para o interior do Estado, citando nos considerandos que esta foi uma medida proposta pelo CRP para melhorar o caráter pericial do exame.

A idéia não é nova. Já existem experiências bem sucedidas em várias cidades, como Ribeirão Preto, Campinas e Franca. Entretanto, é uma proposta polêmica já que suscita reações entusias-

mas de apoio e reações de forte rejeição. A atual gestão do CRP convenceu-se de que a divisão equitativa era uma medida saneadora e de organização dos psicólogos e vem incentivando a multiplicação de experiências e discussões junto ao DETRAN. Sentimo-nos, portanto, satisfeitos de que as autoridades do DETRAN tenham se sensibilizado por uma proposta justa da categoria e baixaram o ato normativo, enfrentando as insatisfações que certamente se farão sentir.

O CRP-06 enviou re-

presentantes ao DETRAN para elogiar a medida e colocar o grupo de orientação e fiscalização da entidade à disposição do Dr. Rodrigo O.M. Diniz Junqueira, delegado responsável pelas CIRETRANS e o encarregado de implantar as medidas necessárias.

As CIRETRANS estabelecerão os procedimentos a serem seguidos em cada cidade do interior, mas o CRP destaca duas orientações aos psicólogos:

1) Os delegados das CIRETRANS deverão decidir até 1º de maio

qual o procedimento que será seguido e têm-se mostrado dispostos a ouvir sugestões. Em algumas cidades os psicólogos têm conseguido levar sugestões unânimes, o que facilita muito o trabalho do delegado. Em outros locais, mesmo sem a unanimidade, as sugestões estão sendo encaminhadas.

2) O sistema bancário tem-se mostrado interessado em colaborar: o procedimento mais usual é a criação de um livro de registro em que os exames que chegam são distribuídos pelos psicólogos ou institutos de uma relação. Pode haver uma

conta conjunta onde todos os valores são creditados ou então as quantias devidas serem creditadas diretamente na conta do psicólogo ou do instituto. A pessoa interessada no exame recebe uma senha com o local para onde deve dirigir-se.

O CRP-06 está organizando reuniões para avaliar as experiências e dando os esclarecimentos sempre que solicitados. É muito importante que a proposta de divisão equitativa funcione bem no interior, para que possa ser estendida à Capital, onde o proble-

ma é muito grave. Existem denúncias de que as auto-escolas cobram taxas de 10 a 15 por cento sobre o valor do exame para cada candidato encaminhado. Foi feita uma reunião com profissionais que atuam em São Paulo onde foram apresentadas propostas alternativas para a implantação da medida na capital, eliminando a interferência dos atravessadores. Se a divisão equitativa no interior funcionar bem, haverá condições para que o DETRAN aceite a ampliação da medida a São Paulo.

Informe sobre o

III Congresso de Educação

Durante o segundo dia de realização do III Congresso Estadual de Educação, ocorreram, entre os vários subtemas previstos no evento, as discussões em torno das questões que mais diretamente se ligam à atuação profissional dos psicólogos.

No grupo que abordou a questão das Classes Especiais, a contribuição dos psicólogos se deu através do questionamento em relação à existência da classe especial enquanto caminho para trabalhar com as crianças com dificuldades de aprendizagem. Paralelamente, outros profissionais presentes — a maioria deles professores — trouxeram novos ângulos de abordagem ao ensino especial. Levantou-se, por exemplo, a questão da educação dos deficientes físicos, dos deficientes auditivos e dos deficientes visuais.

A proposta sobre a criação de equipes multidisciplinares,

nas escolas (incluindo psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e fonoaudiólogos) encontrou algumas resistências na discussão havida junto ao grupo de especialistas, e, embora tenha sido rejeitada no âmbito desse grupo, foi retomada no Plenário Geral, quando, então, decidiu-se incluí-la na discussão do estatuto do Magistério.

O ensino de Psicologia no 2º grau levantou uma série de propostas para o Plenário Geral, dando conta de aspectos tais como: condições de trabalho, questões curriculares de caráter geral (todo o 2º grau) e de caráter específico, e maior participação dos professores nas decisões nos vários níveis da hierarquia educacional.

O Plenário Geral — de sexta-feira à tarde — decidiu abordar as questões prioritárias e encaminhou, através das entidades organizadoras, as propostas de caráter específico. Essa decisão se deveu ao eleva-

do número de propostas surgidas nos vários grupos. Foram colocadas, como questões prioritárias, a campanha pela discussão e criação do Estatuto do Magistério e campanha pela Constituinte.

Quando a primeira dessas questões, decidiu-se sobre a maneira de como seria encaminhada a discussão, propondo-se a criação de espaços dentro das escolas e também a programação de novos encontros gerais entre os professores. Em relação à Constituinte, uma das propostas aprovadas enfocou a necessidade de que o engajamento dos educadores não fique restrito às questões que lhes dizem respeito particularmente, mas que seja ligado ao processo de mobilização popular. A outra proposta aprovada estabelece que se faça uma campanha pela convocação da Assembleia Constituinte, ainda em novembro deste ano.

Incorreção de informação está sendo reparada

Devido à incorreção da informação por nós divulgada no último jornal, quanto ao banco a que seriam destinadas as ordens de pagamento referentes à inscrição para o III Congresso Estadual de Educação, esclarecemos que já iniciamos os entendimentos necessários, junto ao Banespa, no sentido de garantir o ressarcimento dos depósitos feitos em suas agências. Para que possamos dar continuidade a esse processo, solicitamos aos psicólogos envolvidos que enviem à sede deste CRP-06, aos cuidados da Gerência Administrativa, o comprovante do pagamento feito às agências do Banespa. Esse procedimento nos permitirá interceder diretamente junto a essas agências. Oportunamente, esclareceremos a esses colegas acerca da forma pela qual deverão obter o ressarcimento dos depósitos realizados.

Mudanças na representação de Corumbá

Este Conselho, reunido em sessão Plenária, tomou a decisão de extinguir a representação que vinha sendo desenvolvida na cidade de Corumbá.

Desde o início da atual gestão, a preocupação em definir mais claramente o perfil das representações foi objeto de intensas discussões, desenvolvidas a partir da experiência das próprias Delegacias. O entendimento surgido a partir desses trabalhos é que a figura do Representante, mais do que um intermediário para questões de natureza burocrática, deve ser um canal de aproximação entre os psicólogos e a Entidade, especialmente em relação aos aspectos envolvidos na nova plataforma política.

É fundamental, nesse encaminhamento, que no trinômio CRP — Delegacia — Represen-

tação existam canais de comunicação e participação que garantam os laços entre os objetivos de uma plataforma política e os profissionais que atuam em uma determinada área geográfica. Infelizmente, no que se refere à Representação de Corumbá, estes vínculos se revelaram tênues, embora muitos esforços tenham sido feitos nesse sentido, pela Comissão de Delegacias e pelo próprio Conselho.

A necessidade de uma nova representação na cidade de Corumbá é absolutamente clara e indiscutível para a Entidade. Nesse sentido a intenção é realizar a escolha de um Delegado Adjunto, que será encaminhada a partir de discussões com os psicólogos da região, dentro do mais curto espaço de tempo possível.

Reunião em Campo Grande

A Delegacia de Campo Grande, dando continuidade ao trabalho anteriormente iniciado, realizará uma reunião em 26 de abril com a finalidade de discutir a política das Delegacias e as Comissões de Tra-

balho, além de outros assuntos que possam ser encaminhados pelos participantes. O evento será realizado no Instituto Sul-Matogrossense para Cegos, situado na rua 25 de Dezembro, 262, às 19:00 hs.